



122
D

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo em Apelação e Reexame Necessário n. 0001004-78.2013.8.17.1130
(0335742-8)

Agravante: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE

Agravado: Ana Alessandra Serrano Moreira

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO LEGAL. PENSÃO POR MORTE. FILHA MAIOR DE IDADE. ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA. *TEMPUS REGIT ACTUM*. VIGÊNCIA DA LEI ESTADUAL Nº 7.551/77 À DATA DOS ÓBITOS.

1- A Lei Estadual nº 7.551/77 permite a concessão do benefício previdenciário de pensão por morte aos filhos dos segurados do Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco maiores de 21 (vinte e um) e menores de 25 (vinte e cinco) anos de idade que estejam regularmente matriculados em curso universitário e não exerçam atividade remunerada.

2- É assente na jurisprudência pátria que deve ser aplicada, para fins de percepção de benefícios previdenciários, a lei vigente à época do evento morte do segurado, aplicando-se assim o princípio *tempus regit actum*.

3- Como à época do falecimento dos segurados (11.10.1995 e 12.08.1998) estava em vigor a Lei Estadual nº 7.551/77, ela que deverá ser aplicada, restando afastada a aplicação da Lei Complementar nº 43/2002, uma vez que a agravada já era beneficiária das pensões por morte, quando do seu advento.

4- Agravo legal improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Desembargadores da Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, NEGAR provimento ao Recurso de Agravo na Apelação, nos termos do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 1º . JULHO . 2014

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



123
08

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo em Apelação e Reexame Necessário n. 0001004-78.2013.8.17.1130
(0335742-8)

Agravante: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE

Agravado: Ana Alessandra Serrano Moreira

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo, com pedido de reconsideração, interposto em face de decisão proferida por esta Relatoria às fls. 102/106, que, com base no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao reexame necessário, julgando prejudicado o apelo.

Em suas razões recursais, o recorrente em nada inovou, limitando-se a repisar os termos da irresignação, sem maiores disquisições.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, nos termos do art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

É o relatório.

Recife, 1º de JULHO de 2014

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Relator



124

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo em Apelação e Reexame Necessário n. 0001004-78.2013.8.17.1130
(0335742-8)

Agravante: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE

Agravado: Ana Alessandra Serrano Moreira

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

O cerne da presente demanda reside em torno da possibilidade de concessão do benefício previdenciário de pensão por morte aos filhos dos segurados do Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco maiores de 21 (vinte e um) e menores de 25 (vinte e cinco) anos de idade que estejam regularmente matriculados em curso universitário e não exerçam atividade remunerada.

Acerca do tema, mostra-se assente o entendimento jurisprudencial desta col. Corte Estadual e dos Tribunais Superiores de que deve ser aplicada, para fins de percepção de benefícios previdenciários, a lei vigente à época do evento morte do segurado, aplicando-se assim o princípio *tempus regit actum*.

Em outros termos, entende-se que o fato gerador do benefício previdenciário, ora em comento, é a morte do segurado, mostrando-se, dessa forma, irrelevantes eventuais alterações legislativas prejudiciais aos direitos do beneficiário.

Neste sentido, observe-se o seguinte precedente do eg. Supremo Tribunal Federal:

PENSÃO – CONFLITO DE NORMAS NO TEMPO – REGÊNCIA.

A regência da pensão faz-se considerada a legislação em vigor na data do falecimento do servidor, descabendo emprestar a texto de lei ou da Constituição eficácia retroativa, no que prevista a percepção pela totalidade dos vencimentos

(STF, RE 273570, rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJ 05.05.2006).

Nessa senda, o col. Superior tribunal de Justiça já possui entendimento sumulado:

Enunciado nº 340 da Súmula do STJ

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



125 d

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.

A propósito, observem-se também os seguintes precedentes da col. Corte de Uniformização de Jurisprudência em Matéria Infraconstitucional:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. LEI VIGENTE AO TEMPO DO ÓBITO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. LEI ESTADUAL VIGENTE À ÉPOCA DO FALECIMENTO DO INSTITUIDOR DA PENSÃO. PREVISÃO DE PENSIONAMENTO ATÉ OS 24 ANOS. APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DO FALECIMENTO. SÚMULA 83/STJ.

(...)

2. O Tribunal a quo entendeu aplicável, com base no princípio dotempus regit actum, a Lei Estadual 2.207/2000, vigente à época do falecimento da instituidora da pensão, a qual previa o pensionamento até os 24 anos de idade, desde que o beneficiário estivesse cursando ensino superior.

3. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a lei aplicável à pensão é aquela vigente ao tempo do falecimento do instituidor do benefício (Súmula do STJ, Enunciado nº 340).

4. Estando o acórdão de origem em sintonia com o entendimento jurisprudencial deste Tribunal, incide a Súmula n. 83 do STJ.

5. Agravo regimental não provido.

(STJ, AgRg no AREsp 4854/MS, rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 06.03.2012).

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. EX-COMBATENTE. PENSÃO POR MORTE. FILHA MAIOR DE IDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM. DATA DO ÓBITO DO INSTITUIDOR DA PENSÃO. REVOGAÇÃO DA LEI 4.297/63. APLICAÇÃO DA LEI 5.698/71. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. BENEFÍCIO INDEVIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. É entendimento sedimentado tanto no STF quanto no STJ de que o direito à pensão por morte de ex-combatente é regido pela lei vigente à época do óbito, momento em que os requisitos legais para a obtenção do benefício deverão estar preenchidos. Aplicação, por analogia, da Súmula 340 do STJ.

2. O art. 8º da Lei 5.698/71 revogou a Lei 4.297/63, tendo resguardado apenas aos dependentes de ex-combatentes os direitos previstos na legislação revogada, caso os requisitos nela previstos já houvessem sido preenchidos na sua vigência. Precedentes.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

3. Como o instituidor da pensão por morte de ex-combatente faleceu quando a Lei 4.297/63 já estava revogada, não há como aplicar suas disposições que possibilitavam a concessão do benefício à filha solteira maior de idade e não inválida. Incidência, ante a data do óbito, da Lei 5.698/71, que não amparou tal espécie de beneficiário.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STJ, AgRg no REsp 862402/PE, rel. Min. Vasco Della Giustina, Sexta Turma, DJe 15.06.2011).

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. DEPENDENTE DESIGNADO ANTES DO ADVENTO DA LEI 9.032/95. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. LEI DE REGÊNCIA.

A jurisprudência da Egr. Terceira Seção firmou entendimento no sentido de que o fato gerador para a concessão do benefício de pensão por morte deve levar em conta a data do óbito do segurado, observando-se, ainda, a lei vigente à época de sua ocorrência. A explicação deriva do fato de a concessão da pensão por morte estar atrelada aos requisitos previstos na legislação de regência no momento da morte do segurado, em obediência ao princípio tempus regit actum. Recurso conhecido e provido.

(STJ, REsp. 652019/CE, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 06.12.2004).

Da mesma maneira, esta col. Corte Estadual já se posicionou de modo pela aplicação da lei vigente à data do óbito do segurado, no tocante à concessão de benefícios previdenciários:

CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE INSTITUÍDO NO ANO DE 2003 NA VIGÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 43/02. NETO DA SEGURADA. ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO A PARTIR DE 2010. À UNANIMIDADE DE VOTOS FOI DADO PROVIMENTO PARCIAL AO APELO PARA ASSEGURAR O PENSIONAMENTO ATÉ OS 21 ANOS DE IDADE.

1. É incontroverso que o recorrido tornou-se pensionista em 2003, com o falecimento de sua avó (atestado de óbito, fl.102 dos autos), na vigência da Lei Complementar Estadual nº 43/02 e posteriormente passou a condição de filho universitário, o que veio a ocorrer no primeiro semestre de 2010 (fls.10/11 dos autos), sendo indubitável o seu direito à pensão até completar 21(vinte e um) anos de idade nos exatos termos tracejados na referida lei.

2. A legislação aplicável para concessão do benefício previdenciário da pensão por morte é a do tempo da morte do segurado.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

3. De sorte não pode ser aplicada a Lei anterior pois o recorrido não era pensionista e nem universitário na época da promulgação da Lei Complementar nº 43/02.

4. À unanimidade de votos foi dado provimento parcial ao presente recurso de apelação para que seja reformada a sentença, no sentido de assegurar o pagamento da pensão até o recorrido atingir a idade de 21 (vinte e um) anos.

(TJPE, AC 0238430-3, rel. Des. Antenor Cardoso Soares Jr., 7ª Câmara Cível, julgado em 20.12.2011).

Dessa forma como à época do falecimento dos segurados (11.10.1995 e 12.08.1998) estava em vigor a Lei Estadual nº 7.551/77, entendo que ela deverá ser aplicada ao caso em epígrafe, restando afastada a aplicação da Lei Complementar nº 43/2002, uma vez que a agravada já era beneficiária das pensões por morte, quando do seu advento.

Assim, impõe-se o reconhecimento da existência de direito da Autora/Agravada ao reestabelecimento de sua pensão por morte.

Ante o exposto, nego provimento ao presente agravo legal.

É como voto

Recife, 1º de JULHO de 2014

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator